



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO de GESTÃO
2009 - 2010

Des. Cláudio Barreto Dutra

Florianópolis - Santa Catarina

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Composição

Presidente

Des. Cláudio Barreto Dutra

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. Newton Trisotto

Juizes Efetivos

Juiz Eliana Paggiarin Marinho

Juiz Samir Oséas Saad

Juiz Rafael de Assis Horn

Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto

Juiz Cláudia Lambert de Faria

Juizes Substitutos

Des. Sérgio Torres Paladino

Juiz José Mazoni Ferreira

Juiz Heitor Wensing Júnior

Juiz Júlio Guilherme Berezoski Schattschneider

Juiz Francisco J. Rodrigues de Oliveira Neto

Juiza Vânia Petermann Ramos de Mello

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Cláudio Dutra Fontella

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. André Stefani Bertuol

Presidência

Assessoras Jurídicas

Ana Eloise de Carvalho Flóres
Ana Lúcia Silva

Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial

Ana Patrícia Tancredo Gonçalves Petrelli

Diretor-Geral

Samir Claudino Beber

Assessora de Recursos Humanos da Direção-Geral

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Assessora de Licitações e Contratos da Direção-Geral

Nelzyr Silva Müller

Assessor de Planejamento Estratégico e Gestão

Augusto César Campos

Coordenadora de Controle Interno

Denise Goulart Schlickmann

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Dilene Soares Tavares dos Anjos

Secretária Judiciária

Clycie Damo Bertolli

Coordenadora de Registros e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenadora de Gestão da Informação

Ilênia Schaeffer Sell

Coordenador de Sessões

Daniel Schaeffer Sell

Secretário de Administração e Orçamento

Eduardo Cardoso

Coordenador de Material e Patrimônio

Rafael Alexandre Machado

Coordenador de Apoio Administrativo

Wilson Raimundo Rezzadori

Coordenador de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Secretário de Gestão de Pessoas

Edmundo Cesar Nunes

Coordenadora de Pessoal

Iraê Regina Vieira

Coordenador de Educação e Desenvolvimento

Luciano Rodrigues de Oliveira

Coordenadora de Pagamento

Suzete Miria Virgílio Ziert

Secretário de Tecnologia da Informação

Renato de Ávila Pacheco

Coordenador de Eleições

Paulo Dionísio Fernandes

Coordenador de Soluções Corporativas

Eliane Rodrigues Matos Scharf

Coordenador de Suporte e Infraestrutura Tecnológica

Eron Domingues

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Presidência	13
1.1 Decisões da Presidência	13
1.2 Membros do Tribunal	16
1.3 Portarias Normativas da Presidência	16
1.4 Resoluções Normativas	18
1.5 Destaques das Unidades Orgânicas de Assistência Direta e Imediata à Presidência	20
1.6 Novas Eleições Determinadas pelo Tribunal Regional Eleitoral	25
1.7 Destaques na Área Judiciária	26
1.8 Destaques na Área de Administração e Orçamento	28
1.9 Destaques na Área de Gestão de Pessoas	31
1.10 Destaques na Área de Tecnologia da Informação	32
1.11 Registros, em ata, de outros Atos e Ocorrências	34
1.12 Colégios de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais	36
Relatório de Atividades da Corregedoria	
Exercício 2009	37
1. Introdução	39
2. Estudos, Manifestações e Provimentos	39
3. Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais	40
4. Coordenadoria de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral .	45
5. Considerações Finais	48

APRESENTAÇÃO

Senhores Juizes, Senhor Procurador Regional Eleitoral:

Em obediência ao contido no art. 20, XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRES n. 7.357, de 17.12.2003), apresenta-se – disponibilizando-a eletronicamente aos eminentes pares – a síntese dos trabalhos realizados durante esta gestão, de 2 de fevereiro de 2009, quando assumi interinamente a Presidência em face da renúncia do Desembargador Souza Varella (que tomou posse na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina), até 26 de fevereiro de 2010¹.

A referida síntese encontra-se melhor detalhada no relatório elaborado pela Direção-Geral (disponível na página deste Tribunal: intranet.tresc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/relatorios_de_gestao_relatorios_atividades), que é composto pela exposição circunstanciada das atividades desenvolvidas pelas unidades de assistência direta e imediata da Direção-Geral e pelas Secretarias Judiciária, de Administração e Orçamento, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação.

Durante a minha gestão não foram realizadas eleições gerais, mas foram elaborados os calendários eleitorais e organizados diversos pleitos em razão da cassação de prefeito e vice-prefeito, nos Municípios de Braço do Norte, Cunha Porã, Timbé do Sul, Passo de Torres e Maracajá (estas últimas suspensas, após deflagrado o processo eleitoral, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral). Procedeu-se, ainda, à elaboração de novo calendário

¹ Sendo o período restante da gestão destinado à elaboração e à reprodução deste Relatório

eleitoral para a realização de novas eleições em Celso Ramos e Maracajá, seguindo a nova diretriz estabelecida pela Corte Superior.

Além disso, o volume de trabalho foi mantido, já que a Corte deu prioridade ao julgamento de processos judiciais oriundos das eleições de 2008, além de atender às determinações constantes das metas do Conselho Nacional de Justiça, mais especificamente à Meta 2 (identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005), como demonstram os dados estatísticos que constam neste relatório.

Deu-se continuidade, igualmente, aos projetos administrativos em andamento, tendo sido aprovado o Planejamento Estratégico das Eleições 2010, bem como o Planejamento Estratégico Corporativo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2010 a 2014, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral para a uniformização dos planejamentos estratégicos da Justiça Eleitoral e as determinações do Conselho Nacional de Justiça.

Florianópolis, março de 2010.

Des. Cláudio Barreto Dutra
Presidente

1 PRESIDÊNCIA

1.1 DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

1.1.1 JUDICIAIS:

Foram subscritas por esta Presidência decisões em processos judiciais oriundos da Secretaria Judiciária, tais como:

- multas eleitorais (intimação para recolhimento, pedidos de parcelamento, inscrição em dívida ativa e pedidos de reconsideração): 64;
- juízo de admissibilidade em recursos especiais: 107;
- embargos de declaração: 3;
- despachos em recursos ordinários: 4;
- processos judiciais oriundos da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (prestação de contas, consultas, registros partidários, entre outros): 96;
- novas eleições: 32;
- Fundo Partidário: 28;

- agravos de instrumento: 80;
- informações em mandados de segurança: 7;
- medidas cautelares e liminares: 7;
- inquérito policial (decretação de sigilo, prorrogação de prazo, arquivamento, entre outros): 70.

1.1.2 ADMINISTRATIVAS:

Além dos despachos em documentos e em processos – quer administrativos, quer judiciais –, foram proferidas pela Presidência decisões sobre os mais diversos temas, conforme síntese abaixo, em processos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Tecnologia da Informação.

1.1.2.1 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO (SAO):

- solicitação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí ao TRESC para receber, a título de doação, um micro-ônibus em desuso nesta Corte, sob a forma de unidade eleitoral móvel, destinada ao atendimento itinerante naquele Estado;
- tomadas de contas especiais instauradas com base nos Processos de Prestação de Contas n. 9.474/2003, n. 9.846/2006 e n. 10.057/2006;
- despachos diversos em expedientes encaminhados para a SAO.

1.1.2.2 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP):

- pedidos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- pedido de pagamento de auxílio-transporte, com efeitos no valor das bolsas de estágio;
- pedidos de licença para acompanhamento de cônjuge;
- pedidos de licença para capacitação;
- requisição de servidores;
- pedido de licença para tratamento da própria saúde;

- proposta de alteração da estrutura orgânica da Secretária do Tribunal;
- pedido de isenção de Imposto de Renda sobre proventos da aposentadoria;
- pedidos de remoção;
- contagem do tempo de serviço celetista para efeito de anuênio e licença-prêmio;
- consulta acerca da aplicabilidade das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre o cômputo do tempo de serviço dos servidores amparados pelo art. 243 da Lei n. 8.112/1990;
- pedidos de alteração do horário de funcionamento de cartório;
- pedidos de pensão;
- consulta sobre a possibilidade de realização de concursos sucessivos de remoção;
- consulta sobre a contratação de agente de integração para prestação de serviço de operacionalização de concessão de estagiários;
- proposta de alteração da Portaria P n. 500, de 25.10.2004, que dispõe sobre a concessão de férias aos servidores do TRESC e o pagamento das vantagens dela decorrentes;
- recurso contra o indeferimento de averbação de curso visando à percepção de adicional de qualificação;
- consulta sobre a incidência de juros de mora sobre pagamentos efetuados em atraso;
- consulta sobre as atribuições que podem ser delegadas aos estagiários nas Zonas Eleitorais;
- despachos diversos em expedientes encaminhados à SGP.

1.1.2.3 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI):

- análise de proposta de resolução – uso dos recursos de rede, da *internet* e do correio eletrônico pelos usuários do TRESC;
- planejamento estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação;
- adoção da chancela eletrônica (via sistema) em substituição à chancela mecânica (carimbo);

- despachos diversos em expedientes encaminhados à STI.

1.2 MEMBROS DO TRIBUNAL

ELEIÇÃO E POSSE: em virtude do pedido de dispensa das funções eleitorais e da renúncia ao cargo do então Presidente desta Corte, Desembargador Souza Varella, apresentado à Corte em 2 de fevereiro de 2009, assumi nessa data o exercício da Presidência. Eleito Presidente na sessão de 4 de março do mesmo ano, oportunidade em que o Desembargador Newton Trisotto foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, a sessão solene de posse foi realizada no dia 25 de março de 2009.

DOUTOR JOSÉ MAZONI FERREIRA: em 4 de maio de 2009, tomou posse como juiz substituto deste Tribunal, na categoria desembargador.

DOUTOR FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO: em 6 de julho de 2009, tomou posse como juiz substituto, na categoria juiz de direito.

DOUTOR SÉRGIO TORRES PALADINO: encerrado, em 5 de agosto de 2009, seu primeiro biênio como juiz substituto da categoria desembargador, foi reconduzido para mais um período, a partir de 18 de agosto do mesmo ano.

DOUTORA VÂNIA PETERMANN RAMOS DE MELLO: em 9 de setembro de 2009 tomou posse como juíza substituta, na categoria juiz de direito.

DOUTOR RAFAEL DE ASSIS HORN: em 11 de novembro de 2009, tomou posse como juiz efetivo, na categoria jurista, na vaga deixada pelo juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari.

DOUTOR OSCAR JUVÊNCIO BORGES NETO: encerrado, em 23 de outubro de 2009, seu primeiro biênio como juiz efetivo da categoria jurista, foi reconduzido para mais um período, a partir de 14 de dezembro do mesmo ano.

DOUTORA CLÁUDIA LAMBERT DE FARIA: em 10 de fevereiro de 2010, tomou posse como juíza efetiva, na categoria juiz de direito, na vaga deixada pelo juiz Odson Cardoso Filho.

1.3 PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as 481 portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as vinte de caráter normativo:

- Portaria P n. 28, de 3 de fevereiro de 2009: Dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 48, de 17 de fevereiro de 2009: Dispõe sobre concessão, distribuição e prestação de contas do auxílio-alimentação referente às eleições do Município de Braço do Norte;
- Portaria P n. 53, de 18 de fevereiro de 2009: Altera o parágrafo único do art. 26 da Portaria P n. 500, de 25.10.2004, que versa sobre a concessão de férias aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e o pagamento das vantagens dela decorrentes;
- Portaria P n. 100, de 20 de março de 2009: Dispõe sobre a criação das equipes diretiva e gestora do Planejamento Estratégico Corporativo;
- Portaria P n. 161, de 26 de maio de 2009: Estabelece os critérios para o preenchimento das vagas referentes ao Programa de Estágio para Estudantes no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 162, de 1º de junho de 2009: Fixa o valor do auxílio-transporte para os estagiários contratados por este Tribunal;
- Portaria P n. 228, de 6 de agosto de 2009: Altera o art. 3º, inciso I, da Portaria P n. 28, de 3.2.2009, que dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor-Geral e aos Secretários do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 275, de 14 de setembro de 2009: Dispõe sobre a incidência de correção monetária e de juros de mora sobre as parcelas remuneratórias pagas, não alcançadas pela prescrição quinquenal, em atraso a servidor ativo ou inativo, pensionista ou agente público no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 299, de 25 de setembro de 2009: Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 301, de 25 de setembro de 2009: Dispõe sobre os horários de expediente a serem observados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 334, de 13 de outubro de 2009: Dispõe sobre a remoção no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 340, de 19 de outubro de 2009: Dispõe sobre a definição dos usuários e a atualização dos procedimentos básicos obrigatórios para a utilização do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;

- Portaria P n. 341, de 19 de outubro de 2009: Dispõe sobre a autuação, a tramitação e o arquivamento dos Procedimentos Administrativos na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 343, de 19 de outubro de 2009: Publica a tabela de cargos efetivos e comissionados, providos e vagos, integrantes, até a presente data, do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 346, de 19 de outubro de 2009: Dispõe sobre a delegação de competência ao Diretor-Geral para visar e rubricar livros de atas de órgãos regionais de partidos políticos;
- Portaria P n. 399, de 17 de novembro de 2009: Dispõe sobre concessão, distribuição e prestação de contas do auxílio-alimentação correspondente às eleições dos municípios de Cunha Porã, Maracajá e Timbé do Sul;
- Portaria P n. 401, de 17 de novembro de 2009: Dispõe sobre aquisição, locação, utilização, identificação, guarda e responsabilização pelo uso dos veículos oficiais no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense;
- Portaria P n. 408, de 27 de novembro de 2009: Dispõe sobre a participação de servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina nas ações de educação corporativa;
- Portaria P n. 435, de 11 de dezembro de 2009: Autoriza, em caráter excepcional, a redução dos percentuais de participação dos servidores e pensionistas – relativamente ao Programa de Assistência à Saúde (PAS) dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Portaria P n. 441, de 16 de dezembro de 2009: Determina a realização de plantão nas Centrais de Atendimento ao Eleitor relacionadas no Anexo da Resolução TREC n. 7.766/2009, abrangendo os municípios indicados, nos dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de dezembro de 2009 e nos dias 4, 5 e 6 de janeiro de 2010.

1.4 RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As vinte resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.744, de 13 de abril de 2009: Dispõe sobre a concessão de diárias e de meio de transporte no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;

- Resolução n. 7.745, de 22 de abril de 2009: Autoriza a realização de concurso público, com vistas à seleção de candidatos para a formação de cadastro de reserva para provimento de cargos efetivos que vierem a vagar, no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, durante o seu prazo de validade;
- Resolução n. 7.746, de 22 de abril de 2009: Altera os arts. 19 e 20 do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução TREC n. 7.357, de 17.12.2003), que tratam das atribuições do Tribunal e da Presidência;
- Resolução n. 7.747, de 27 de abril de 2009: Regulamenta o Programa de Estágio para Estudantes no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.749, de 18 de maio de 2009: Altera o art. 2º da Resolução TREC n. 7.554, de 28.11.2007, prevendo a designação de Oficial de Justiça *ad hoc* no cumprimento de atos em processos de execução fiscal da Justiça Eleitoral;
- Resolução n. 7.751, de 15 de junho de 2009: Estabelece instruções para a realização de nova eleição para os cargos de prefeito e vice-prefeito no Município de Passo de Torres, expedindo o respectivo Calendário Eleitoral;
- Resolução n. 7.752, de 15 de junho de 2009: Estabelece instruções sobre a arrecadação de recursos na campanha eleitoral e a sua aplicação, bem como a prestação de contas da nova eleição para os cargos de prefeito e vice-prefeito do Município de Passo de Torres;
- Resolução n. 7.754, de 12 de agosto de 2009: Dispõe sobre a revisão do eleitorado do Município de Major Gercino mediante coleta de dados biométricos e fotografia;
- Resolução n. 7.758, de 31 de agosto de 2009: Altera a Resolução TREC n. 7.747/2009, que regulamenta o Programa de Estágio para Estudantes no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.759, de 14 de setembro de 2009: Regulamenta a instalação da 103ª Zona Eleitoral e a recomposição da 56ª Zona Eleitoral, nos Municípios de Balneário Camboriú e Camboriú;
- Resolução n. 7.760, de 14 de setembro de 2009: Dispõe sobre a emissão, a utilização e o controle de geração de títulos eleitorais com o uso de chancela eletrônica;
- Resolução n. 7.761, de 28 de setembro de 2009: Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento das unidades volantes de atendimento aos eleitores no Estado de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.762, de 27 de outubro de 2009: Revoga a Resolução TREC n. 7.391, de 12.5.2004;

- Resolução n. 7.763, de 27 de outubro de 2009: Estabelece instruções para realização de novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito nos Municípios de Maracajá, Timbé do Sul e Cunha Porã, expedindo o respectivo Calendário Eleitoral;
- Resolução n. 7.764, de 27 de outubro de 2009: Expede instruções para a arrecadação de recursos na campanha eleitoral e a sua aplicação, bem como a prestação de contas da nova eleição para os cargos de prefeito e vice-prefeito dos Municípios de Cunha Porã, Maracajá e Timbé do Sul;
- Resolução n. 7.765, de 9 de novembro de 2009: Regulamenta o processo administrativo disciplinar aplicável aos magistrados da Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Resolução n. 7.766, de 14 de dezembro de 2009: Dispõe sobre o curso dos prazos e os plantões nas Centrais de Atendimento ao Eleitor no feriado previsto no art. 62, inciso I, da Lei n. 5.010, de 30.5.1966, na circunscrição de Santa Catarina.
- Resolução n. 7.767, de 14 de dezembro de 2009: Institui a numeração única de processos no âmbito deste Tribunal.
- Resolução n. 7.768, de 15 de dezembro de 2009: Altera o *caput* do art. 17 da Resolução TREC n. 7.357, de 17.12.2003 (Regimento Interno do TREC).
- Resolução n. 7.769, de 15 de dezembro de 2009: Dispõe sobre o Planejamento Estratégico Corporativo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
- Resolução n. 7.770, de 22 de fevereiro de 2010: Normatiza a elaboração, a publicação e a distribuição da revista *Resenha Eleitoral*.

1.5 DESTAQUES DAS UNIDADES ORGÂNICAS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA À PRESIDÊNCIA

1.5.1 ASSESSORIAS JURÍDICAS

As atribuições das assessorias jurídicas da Presidência, estabelecidas no art. 13 da Resolução TREC n. 7.545, de 17.9.2007 – Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina –, consistem em assessorar a Presidência em seus atos de gestão atinentes ao

desempenho de suas atribuições legais e regimentais; dirigir, orientar e coordenar as atividades da unidade com vistas ao pronto e permanente atendimento à Presidência; realizar estudos jurídicos e emitir pareceres em procedimentos administrativos e em processos judiciais, quando determinado pela Presidência; subsidiar com pesquisas, análises e informações os despachos da Presidência nos recursos especiais e ordinários; elaborar, por determinação da Presidência, minutas de despachos a serem submetidas à sua apreciação; analisar, por ordem da Presidência, minutas de atos normativos que envolvam matéria administrativa e eleitoral de interesse do Tribunal, na esfera de sua competência; sugerir a elaboração de ato normativo sobre matérias relacionadas à área de atuação das assessorias; preparar a documentação necessária para subsidiar o Presidente quando de sua participação nos encontros do Colégio de Presidentes e executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.

Nesse contexto, em apertada síntese, consoante se extrai do relatório apresentado a esta Presidência, as assessorias apreciaram procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Tecnologia da Informação, bem como processos judiciais, provenientes da Secretaria Judiciária, abrangendo todas as matérias mencionadas no item 1.1 deste relatório, além de analisarem, diariamente, os mais variados documentos encaminhados à Presidência, com vistas a oferecer subsídios para as decisões dessa autoridade.

Procederam, também, à análise de minutas de resoluções em processos (judiciais e administrativos), subsidiaram a Presidência com a prestação de informações para a Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, Ministério Público de Santa Catarina, Corregedoria Regional Eleitoral e outros órgãos públicos e entidades particulares.

1.5.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL

A Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial tem suas atribuições arroladas no art. 15 do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução n. 7.545/2007), extraíndo-se, sinteticamente, do relato circunstanciado apresentado pela referida unidade, as principais atividades desenvolvidas durante a gestão que se encerra:

1.5.2.1 SEÇÃO DE IMPRENSA

Merecem destaque: a produção de textos jornalísticos para *releases*, notas, boletins de rádios, entre outros (foram elaboradas 539 reportagens

sobre a Justiça Eleitoral catarinense e publicadas 97 notícias do TSE), o acompanhamento das sessões de julgamento do TREC visando à elaboração de matérias jornalísticas, para a imprensa estadual e para o TSE, que também disponibiliza as informações em sua página na *internet*; intermediação e assessoramento a profissionais de veículos de comunicação estaduais e nacionais; entrevistas para emissoras de rádio e TV e para a mídia impressa; atendimento a jornalistas, com a indicação da fonte adequada, realização do contato, agendamento e, eventualmente, acompanhamento do entrevistado. Foram agendadas mais de uma centena entrevistas; atendidos jornalistas em busca de informações para a produção de matérias e reportagens sobre o processo eleitoral (eleições suplementares em Braço do Norte, Timbé do Sul, Cunha Porã e Maracajá – esta última suspensa –, e informações sobre processos envolvendo cassações, urnas eletrônicas, eleitorado, eleições comunitárias que contaram com o apoio do TREC, partidos políticos, prestações de contas, ações da Justiça Eleitoral, prazos, processos julgados no TREC, etc.), além de dirimidas dúvidas para *sites* e *blogs*, que exigem uma resposta instantânea; elaboração de matérias especiais para a imprensa estadual, com enfoques destacados para a imprensa regional; acompanhamento diário das notícias relacionadas com o TREC veiculadas em jornais, rádios e TVs estaduais, verificando-se a repercussão das matérias elaboradas pela Assessoria e enviadas à imprensa; disponibilização de toda a estrutura necessária aos jornalistas e repórteres para a realização de cobertura e divulgação de eventos na sede do TREC, como posses de Presidente e de Juizes da Corte.

1.5.2.2 COMUNICAÇÃO SOCIAL

1.5.2.2.1 INFORMATIVO INTERNO *enTRENós*

Produção da *newsletter enTRENós*, informativo *online* quinzenal, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense. Cursos, eventos, entrevistas, confraternizações, curiosidades e cultura foram abordados em 22 informativos, cada um deles com aproximadamente nove reportagens. Em 2009 o *enTRENós* consolidou as mudanças propostas no segundo semestre do ano anterior. Além disso, novidades como Classificados e Aniversariantes também foram acrescentadas ao nosso informativo. No espaço destinado aos vídeos (equivalente a duas reportagens por edição), procuramos manter o objetivo de divulgar as atividades do Tribunal, bem como dos servidores da Justiça Eleitoral. Ao todo, foram ao ar 44 reportagens desse tipo. A novidade deste ano foi a série Paixão de Servidor criada para mostrar, por meio de diversos vídeos, as atividades, *hobbies* e paixões dos nossos colegas. Para produzir esse material, o *enTRENós* foi às ruas e conheceu diversos lugares. Rompemos a barreira do ambiente profissional e pudemos mostrar particularidades da vida dos entrevistados que, voluntariamente participaram do quadro. O *enTRENós* confirmou mais uma vez sua posição como um fator agregador dos servidores, que participaram dando dicas de

reportagens, comentando matérias, dando entrevistas. A repercussão de cada edição continua sendo extremamente positiva.

1.5.2.2.2 DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS INTERNAS DO TREC

Elaboração dos textos e da arte gráfica para *e-mails*, cartazes para o elevador, *banners* e outros produtos, a fim de dar ampla divulgação sobre o lançamento, o andamento e a conclusão da Campanha do Agasalho e da Campanha de Natal.

1.5.2.2.3 REPORTAGENS PARA O BRASIL ELEITOR

Elaboração de reportagens para o programa Brasil Eleitor, produzido pela TV Justiça e veiculado por TVs nacionais e estaduais. Sugestões de pauta, auxílio à jornalista responsável pela edição com informações, pesquisas e indicação de fontes corretas, marcando e acompanhando as entrevistas. No total, foram produzidas nove matérias para o programa.

1.5.2.3 CERIMONIAL

Organização e realização da solenidade de posse dos Desembargadores Cláudio Barreto Dutra, como Presidente, e Newton Trisotto, como Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, bem como das posses dos membros do Pleno: Doutor Rafael de Assis Horn, na classe jurista e da Doutora Cláudia Lambert de Faria, na classe juiz de direito.

Descerramento do retrato do Desembargador João Eduardo Souza Varella, compondo a galeria de presidentes deste Tribunal. Realizada, também, no dia 29 de setembro de 2009, a solenidade de instalação da 103ª Zona Eleitoral, em Balneário Camboriú.

Atualmente estão em fase de preparação as seguintes solenidades: Posse do Desembargador Newton Trisotto, como Presidente, e do Desembargador Sérgio Torres Paladino, como Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral; descerramento de retrato, para a Galeria de Presidentes, do Desembargador Cláudio Barreto Dutra; diplomação dos candidatos eleitos no pleito de 2010.

1.5.2.4 SEÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA

Execução de serviços multimídia como gravações e edições em vídeo e criação e elaboração de peças gráficas para diversas unidades do Tribunal.

Transmissão e gravação das sessões ordinárias e solenes do Pleno; gravação e edição do informativo *enTRENós*; publicação do Clipping TV na Videoteca; resgate e publicação na videoteca do áudio das sessões antigas do Pleno; gravação e edição de eventos diversos, tais como, a Semana da Saúde 2009 e cursos ministrados no TREC; elaboração da identidade visual das Eleições 2010 para padronizar a comunicação visual do Tribunal; criação do logotipo e da identidade visual da Campanha Mesário Voluntário; criação da identidade visual do Cerimonial; criação da arte para a campanha Natal 2009; criação da arte para a Semana da Saúde 2009; criação do Calendário 2010; criação da arte para o Guia do Eleitor 2010; criação do livro-*clipping* sobre a eleição biométrica em São João Batista 2008.

1.5.3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

1.5.3.1 CICLO DE PALESTRAS SOBRE A REFORMA POLÍTICA

Esse evento foi promovido em parceria com a Escola do Legislativo e realizado no dia 26 de junho de 2009 no auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Teve como objetivo discutir a Reforma Política, buscando subsídios e contribuições para o aperfeiçoamento da legislação eleitoral.

As matérias abordadas, coincidentes com os projetos de lei que estavam em discussão no Congresso Nacional, foram as seguintes: fidelidade partidária, inelegibilidade em razão da vida pregressa de candidato, financiamento público de campanha, uso da Internet na campanha eleitoral, alteração das formas de eleição (listas fechadas ou listas partidárias), formação de coligações, cláusula de barreira e verticalização das coligações.

Proferiram as palestras e participaram dos debates o deputado federal Fernando Coruja Agustini e os advogados Mauro Prezotto e Péricles Prade.

Registra-se a expressiva presença de servidores dos órgãos públicos envolvidos, de integrantes de órgãos partidários e demais interessados nos temas abordados.

1.5.3.2 REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO OU PARCERIA COM ESCOLAS CONGÊNERES E ÓRGÃOS PÚBLICOS

Tendo este item sido incluído na programação do ano de 2009, registra-se o envio de propostas ao Instituto do Senado e Câmara Federal,

que possui conteúdo programático relacionado a temas político-eleitorais, permitindo o intercâmbio de conhecimento, informações e experiências.

De outro lado, com o objetivo de divulgar no meio estudantil os temas relacionados ao exercício do voto e da cidadania, às características das eleições, à estrutura da Justiça Eleitoral e a outros temas correlatos, buscaram-se as informações em órgãos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, mormente visando à implantação do Projeto Eleitor do Futuro, oriundo do Tribunal Superior Eleitoral e em andamento em alguns tribunais regionais eleitorais.

1.5.3.3 PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL

Na esfera de seus objetivos institucionais, com ação dirigida aos servidores do Tribunal, a EJESC enviou esforços para a realização de curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Direito Eleitoral, mediante desconto em mensalidades do Instituto de Estudos e Preparação Jurídica – Pro Iuris, associado à Rede de Ensino Luis Flávio Gomes – LFG, com uma turma inscrita em 2009 e outra sendo formada neste mês de março de 2010.

1.6 NOVAS ELEIÇÕES DETERMINADAS PELO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

1.6.1 BRAÇO DO NORTE (44ª ZONA ELEITORAL)

Em 1º de março de 2009, em face da cassação do prefeito e do vice-prefeito eleitos em 2008, foi realizada nova eleição no Município de Braço do Norte, localizado na Região Sul do Estado.

A totalização do pleito encerrou-se às 18h41min, no próprio Cartório Eleitoral. Dos 20.175 eleitores aptos a votar, 18.143 compareceram e 10,18% se abstiveram. Houve também 189 votos em branco e 204 nulos.

Das 63 urnas utilizadas na eleição, apenas uma apresentou problemas durante a votação e precisou ser substituída.

Embora a disputa pelos votos tenha sido acirrada, a eleição transcorreu com tranquilidade, sem nenhuma ocorrência de maior gravidade.

1.6.2 CUNHA PORÃ (83ª ZONA ELEITORAL) E TIMBÉ DO SUL (42ª ZONA ELEITORAL - TURVO)

Também em razão da cassação do prefeito e do vice-prefeito eleitos no pleito de 2008, os eleitores de Cunha Porã, localizado no Oeste de SC, e de Timbé do Sul, situado no Sul do Estado, voltaram às urnas em 6 de dezembro de 2009.

O índice de abstenção em Cunha Porã foi de 9,84%. Nesse município estão registrados 8.067 eleitores. Foram 1,15% de votos em branco e 2,57% de votos nulos. Já em Timbé do Sul eram 4.199 eleitores aptos a votar, dos quais 166 não compareceram às urnas. O município teve ainda 35 votos em branco e 109 nulos.

Ambas as eleições transcorreram com tranquilidade, não tendo sido necessária a substituição de urnas; tampouco ocorreu qualquer evento que pudesse prejudicar as votações.

Cunha Porã contou com um total de quarenta urnas, das quais trinta foram usadas nas seções eleitorais, e Timbé do Sul, com dezesseis urnas, sendo dez de seções efetivas. Nenhuma delas precisou ser substituída nas duas cidades envolvidas.

1.6.3 PASSO DE TORRES (54ª ZONA ELEITORAL - SOMBRIO) E MARACAJÁ (1ª ZONA ELEITORAL - ARARANGUÁ)

Após elaborados os respectivos calendários eleitorais e deflagrado o processo eleitoral, com a decorrente demanda de atividades de planejamento e execução por parte dos cartórios eleitorais e do Tribunal, os referidos pleitos foram suspensos por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.

1.7 DESTAQUES NA ÁREA JUDICIÁRIA

1.7.1 METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

As metas do planejamento nacional do Poder Judiciário, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no decorrer do ano de 2009 foram o principal destaque na área, haja vista o forte impacto que tiveram no trabalho

desenvolvido pela Corte, seja por meio da Secretaria Judiciária, seja pelos Gabinetes dos Juízes.

Nesse passo, foi efetuado o levantamento inicial e o acompanhamento, informando-se mensalmente o cumprimento, no 2º grau da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, das Metas 2 (identificar e julgar todos os processos judiciais com data de distribuição até 31.12.2005), 4 (informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos) e 7 (tornar acessíveis todas as informações processuais na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões, respeitado o segredo de justiça).

O cumprimento da Meta 2, em especial, exigiu esforço no sentido de depurar os relatórios de processos em tramitação, visto que muitos não tinham sua movimentação atualizada, e de estabelecer diálogo constante com outras áreas do Tribunal.

Ainda em atendimento à solicitação do CNJ, preparou-se relatório estatístico com os dados de 2008 (processos redistribuídos, julgados, decisões proferidas, recursos interpostos, processos distribuídos, número de sessões realizadas, processos distribuídos por classes, por relator, e decisões proferidas por classe e por relator).

1.7.2 DADOS ESTATÍSTICOS

Para fins estatísticos, seguem alguns dados relativos ao exercício:

- Processos autuados e distribuídos: 896
- Número de sessões judiciais: 101
- Número de sessões solenes: 3
- Número de sessões administrativas: 50
- Decisões publicadas: acórdãos: 920 / resoluções: 27
- Procedimentos e expedientes apreciados nas sessões administrativas: 347

1.7.3 ATIVIDADES INOVADORAS

Registram-se, ainda, algumas inovações na área:

- realização do Projeto Bate-Papo Legal – que objetivou proporcionar aos servidores da Sede o debate de temas eleitorais, como a reforma política, o voto do preso provisório, a propaganda na internet e o voto em trânsito;

- disponibilização do e-Docs, ferramenta de busca textual a ser utilizada nos documentos normativos do Tribunal;
- elaboração do conteúdo do Guia do Eleitor, a ser lançado em 2010, que visa a informar e conscientizar o cidadão sobre questões eleitorais.

1.7.4 INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

O Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (ITAR), continuou a figurar como um dos serviços mais consultados pelos usuários das páginas eletrônicas desta Corte, comprovando a utilidade do projeto de digitalização que vem sendo ampliado ao longo dos anos, permitindo que o inteiro teor dos julgamentos seja rapidamente divulgado por meio da rede mundial de computadores.

No tocante ao serviço de digitalização de acórdãos, resoluções e portarias da Presidência, da Vice-Presidência e da Direção-Geral, bem como de ordens de serviço, foram digitalizados, revisados e publicados, entre outros atos de interesse do Tribunal:

- acórdãos: 920
- resoluções: 27
- portarias da Presidência: 481
- portarias da Vice-Presidência: 4
- portarias da Direção-Geral: 435
- ordens de serviço da Direção-Geral: 1

1.8 DESTAQUES NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

1.8.1 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Nesta gestão foi realizado o maior número de procedimentos licitatórios da história deste Regional, 146 no total, os quais, a exemplo de 2008, foram concluídos antes do período de recesso do Judiciário.

Relevante destacar a iniciativa de proceder-se, ainda no exercício de 2009, ao Registro de Preços para aquisição de materiais destinados às

Eleições de 2010, o que permitirá a antecipação das providências de distribuição desses insumos às zonas eleitorais.

Merece realce, também, a economia de 30,90% obtida pela Administração com a utilização de licitação da modalidade Pregão, conforme dados constantes do relatório de Atividades da Direção-Geral.

1.8.2 INFRAESTRUTURA IMOBILIÁRIA

A Justiça Eleitoral catarinense continua envidando esforços para que as sedes dos cartórios eleitorais – muitos dos quais ocupam imóveis de terceiros, em geral espaços cedidos em Fóruns da Justiça Estadual, que os vêm requisitando para utilização própria – sejam dotadas de infraestrutura imobiliária adequada às suas necessidades.

Nesta gestão foram elaborados os projetos e contratada a execução das seguintes obras: Criciúma (10ª, 92ª e 98ª Zes) e São José (29ª e 84ª ZEs). Além disso, foi elaborado o projeto de adequação do imóvel que abriga a 3ª, a 88ª e a 89ª ZEs – Blumenau, bem como contratada a elaboração de projetos de reforma de outros seis imóveis, cujas obras deverão ser licitadas de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Releva anotar que, na atual gestão, foram realizadas diversas mudanças de sede, uma para imóvel próprio (Concórdia) e oito para imóveis locados (em ordem cronológica: Tubarão, Abelardo Luz, Pinhalzinho, Mafra, Içara, Xanxerê, Jaraguá do Sul e Campo Erê).

Para melhor ilustrar o incremento da infraestrutura imobiliária da Justiça Eleitoral catarinense, vale lembrar que, atualmente, das 104 zonas eleitorais, 31 estão instaladas em imóveis próprios e 33 em prédios locados.

Da mesma forma, com a ocupação do edifício-anexo deste Tribunal, foi liberado considerável espaço no edifício-sede, permitindo uma reacomodação das unidades, a partir da paulatina adequação dos espaços físicos.

1.8.3 EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS²

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União para o exercício de 2009, com suas suplementações, provisões e deduções, atingiram o valor de R\$ 120.138.618,65 (cento e vinte milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos). Por conta desses créditos, nesta gestão foram empenhadas e realizadas despesas

² Dados somente do exercício de 2009

no montante de R\$ 118.518.856,89 (cento e dezoito milhões, quinhentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e nove centavos).

Foram recebidas, no período, provisões orçamentárias no total de R\$ 319.447,65 (trezentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), assim distribuídos:

- Na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, foi recebido o valor de R\$ 78.447,65 (setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) destinado a custear as Eleições Suplementares de 2009, bem como eleições na comunidade. Desse total foram realizados R\$ 63.381,37 (sessenta e três mil, trezentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos) e o saldo não utilizado, no valor de R\$ 15.066,28 (quinze mil, sessenta e seis reais e vinte e oito centavos), foi devolvido para o TSE.
- Na ação orçamentária Ações de Informática, foi recebido o valor de R\$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais) para custear o contrato de Backbone, destinado a prover a comunicação de dados entre este Tribunal e os cartórios eleitorais de Santa Catarina.

Os recursos financeiros colocados à disposição da Administração para atender aos pagamentos das despesas programadas foram movimentados através da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente, resultando em 1.611 procedimentos de pagamento. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior e sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

1.8.4 CRÉDITOS ADICIONAIS

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária para pagamento de pessoal, no valor de R\$ 18.284.983,00 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais), dos quais R\$ 14.472.913,00 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e treze reais) foram destinados ao pagamento de Pessoal Ativo; R\$ 3.317.981,00 (três milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e um reais) para o recolhimento de Obrigações Patronais decorrentes do pagamento de Pessoal Ativo e R\$ 494.089,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais) para o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas Cíveis. Os créditos adicionais foram necessários em virtude da implantação do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário e da admissão de novos servidores.

Também foram recebidas suplementações orçamentárias nas ações de benefícios: auxílio pré-escolar = R\$ 31.252,00 (trinta e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais), assistência médica e odontológica = R\$ 267.787,00 (duzentos e sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais) e auxílio-

alimentação = R\$ 77.844,00 (setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).

Em contrapartida, foi concedido, por este Tribunal, o valor de R\$ 10.883,00 (dez mil, oitocentos e oitenta e três reais), da ação orçamentária auxílio-transporte, para suplementar outras ações orçamentárias de benefícios.

1.9 DESTAQUES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

1.9.1 INOVAÇÕES IMPLEMENTADAS

Registram-se algumas inovações implementadas nessa área:

- Programa de Preparação para a Aposentadoria – Repensando a Aposentadoria –, o qual visa abordar assuntos específicos sobre o tema com os servidores que nos próximos cinco anos reúnam as condições necessárias para aposentação.
- Programa Qualidade de Vida, com o Projeto Integrado de Saúde, com o propósito de desenvolver um modelo com ampla prática em Saúde Ocupacional, voltada para aspectos de planejamento e de execução de ações de cunho educacional e preventivo em associação com um aspecto assistencial.
- Semana da Saúde 2009, em que foi desenvolvido o Projeto Saúde: uma questão de postura.
- Inclusão, em novembro de 2009, com o apoio da Coordenadoria de Soluções Corporativas da Secretaria da Tecnologia da Informação deste Tribunal, do Tira-Dúvidas no portal dos servidores na intranet do Tribunal, com o intuito de solucionar dúvidas dos servidores, de forma rápida e objetiva, acerca dos seus principais direitos, vantagens e deveres.

1.9.1 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ENSINO A DISTÂNCIA

Convém destacar, no tocante ao Programa de Desenvolvimento Organizacional, que visa à permanente capacitação de servidores, a manutenção do direcionamento dos recursos para a realização de cursos *in company*, beneficiando maior contingente de colaboradores. Foram ministradas 1.343 horas de treinamento com a participação de aproximadamente 1.858

servidores. Os cursos presenciais realizados fora da sede perfizeram 449 horas e os ministrados *in company* somaram 388 horas, contando com a participação de 53 e 1.266 servidores, respectivamente. Quanto à modalidade de educação a distância, participaram 539 interessados, e os cursos totalizaram 506 horas.

1.10 DESTAQUES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.10.1 PRÁTICAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A partir da contratação de consultoria para auxiliar na implementação das melhores práticas de gestão baseadas em modelos internacionais, sobretudo, Cobit³ e ITIL⁴.

Foram mapeados todos os processos de TI de acordo com as melhores práticas preconizadas pelo ITIL, o que resultará em mais agilidade às equipes envolvidas, pois permitirá solucionar os problemas de maneira mais clara e rápida, assegurando, assim, a entrega dos serviços de TI de maneira confiável. Além disso, tal mapeamento estabelece critérios para a confiabilidade na gestão dos incidentes, mudanças e liberações no ambiente de TI, para obtenção de indicadores que atestarão a qualidade dos serviços prestados.

Salienta-se que já foram adquiridos certificados digitais para os gestores das unidades orgânicas do TRESC, o que possibilitará, entre outras ações, a assinatura digital em documentos oficiais e a consequente redução do uso de papel.

1.10.2 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Especial atenção deu-se à política de segurança da informação, atendendo às determinações do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, tendo sido instituída comissão responsável pelos estudos relacionados com a sua implantação, o que se converterá em maior confiabilidade, integridade e disponibilidade aos serviços entregues, pela mitigação de riscos de ameaça e ataque às informações armazenadas nesta instituição.

1.10.3 RENOVAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA E DOS RECURSOS DE REDE

Houve incremento no parque computacional, sobretudo das zonas eleitorais, suprimindo-se as demandas por microcomputadores nos cartórios.

Em antecipação às novas determinações do CNJ quanto à economia de papel, foi ainda instalada em cada zona eleitoral uma impressora laser dúplice (que permite a impressão frente e verso).

Os antigos monitores de tubo (CRT) serão substituídos por monitores de cristal líquido (LCD), que tiveram o processo de registro de preço finalizado em dezembro transato, o que possibilitará uma melhor ergonomia e uma redução nos efeitos nocivos à visão, além de reduzir o consumo de energia elétrica.

Outra grande demanda de infraestrutura enfrentada nesta gestão foi a contratação da nova rede de comunicação de dados dos cartórios eleitorais, pois a antiga que, há muito, estava defasada em termos de velocidade. Tal arquitetura, com nova tecnologia e velocidades mais compatíveis com as demandas atuais, trará ganho significativo na comunicação de dados entre a sede do Tribunal e os cartórios eleitorais, aumentando a produtividade e a disponibilidade dos serviços.

1.10.4 PROJETOS E SISTEMAS DESENVOLVIDOS

Institucionalizou-se o gerenciamento, que permite uma ponderação objetiva na análise das diretrizes que serão empregadas para manter, balancear e monitorar o Portfólio de Soluções Corporativas do Tribunal quanto ao uso dos recursos necessários ao desenvolvimento de sistemas.

Diversas novas aplicações foram desenvolvidas, implantadas ou incrementadas no ano de 2009, merecendo destaque os seguintes projetos e sistemas:

- Consulta a documentos eletrônicos (e-Docs): possibilita aos usuários da intranet consultar documentos de um repositório por meio de pesquisa textual em seu conteúdo e por meio de seus metadados;
- Registro e Gerenciamento de Benefícios (Benef): permite às zonas eleitorais e à Corregedoria Regional Eleitoral o registro e gerenciamento dos benefícios relativos à Lei n. 9.099, de 1995;
- Consulta de informações das unidades orgânicas (Encontre): auxilia na busca de informações relativas às unidades orgânicas do TRESC, suas atribuições e competências, além de prover acesso aos dados para contato com os servidores que as compõem;

- Implantação do sistema de automação de Concurso de Remoção (Remoc), disponibilizado pelo TRE-PA;
- Melhorias na ferramenta utilizada para o Ensino a Distância (EaD), adotando-se a mesma versão usada pelo TSE;
- Implantação do sistema que processa informações relativas à condenação e à extinção de punibilidade oriundas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e automatiza seu encaminhamento para as zonas eleitorais (Sistema Integra).
- Automatização de diferentes fluxos de trabalho, fazendo com que diversos formulários e documentos circulem eletronicamente pelas unidades da sede e zonas eleitorais. Merecem destaque os seguintes novos serviços: eleições suplementares – Indicação de Junta Eleitoral: automatiza a indicação de Junta Eleitoral pelo Juiz Eleitoral para as eleições suplementares; participação em Evento: permite o envio eletrônico de solicitação para a participação em eventos e cursos externos; relatório de Correição/Inspeção: possibilita o encaminhamento do relatório de correição para ciência e providências das zonas eleitorais; informação de Desligamento – TRE: mecanismo eletrônico para dar ciência do desligamento de colaboradores às unidades que necessitam tomar providências nessa situação; justificativa de Extrapolação de Cota: permite que o usuário da rede do TRESC justifique o excedente de uso do limite mensal de utilização da internet; Pesquisa de Qualidade do Trabalho: realizada pelo setor médico para avaliar o relacionamento interpessoal, liderança, comunicação e satisfação no trabalho, além dos serviços prestados pela própria unidade; termo de Manutenção dos Dados Cadastrais de Dependentes: permite que os servidores encaminhem alterações nos dados cadastrais de dependentes no Programa de Assistência à Saúde; encaminhamento de Portaria – ZE: permite o encaminhamento de portarias das zonas eleitorais para a Corregedoria.

1.11 REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

1.11.1 SESSÕES JUDICIAIS

Em 28 de abril de 2009, a Corte, após apreciar o Ofício-Circular n. 14/2009-CGE, subscrito pelo ministro Felix Fischer, Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, decidiu, à unanimidade, acolhendo a proposta por mim apresentada, indicar os municípios de Major Gercino e de Nova Trento, integrantes da 53ª Zona Eleitoral – São João Batista, como prioritários para a realização da revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos.

Em 15 de julho de 2009, o juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari, na condição de Presidente da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, lançou a Edição Especial da *Resenha Eleitoral*, Nova Série, volume 16 – Eleições Municipais 2008, com a distribuição de exemplares aos integrantes do Pleno.

Em 23 de setembro de 2009, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Resolução n. 88 do Conselho Nacional de Justiça, a Corte, à unanimidade, aprovou a alteração da jornada de trabalho dos servidores deste Tribunal para 7 (sete) horas ininterruptas, a partir do dia 30 de setembro de 2009, expedindo-se ato específico para os detalhamentos necessários à sua implementação.

Em 25 de novembro de 2009, foi lançado oficialmente o periódico *Resenha Eleitoral* – Nova Série, volume 17, ano 2009, também com a distribuição de exemplares aos integrantes do Pleno.

No dia 27 de janeiro de 2010, por unanimidade, o Tribunal aprovou o Planejamento das Eleições 2010, encaminhado com a Comunicação Interna DG n. 32 e produzido pelo Grupo de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação do Projeto Eleições 2010.

1.11.2 SESSÕES ADMINISTRATIVAS

Em 2 de março de 2009, fez-se distribuir aos integrantes do Pleno cópias do relatório do resultado da totalização da eleição suplementar ocorrida em 1º de março de 2009, no Município de Braço do Norte.

Em 16 de março de 2009, foram distribuídas aos integrantes do Pleno cópias do Ofício-Circular n. 1.116/GP, de 13.3.2009, subscrito pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, dando ciência das metas aprovadas no II Encontro Nacional do Judiciário, realizado em Belo Horizonte, visando à adoção imediata de providências a serem tomadas pelos tribunais regionais eleitorais para o cumprimento do planejamento nacional do Poder Judiciário, para o que determina providências.

Em 30 de março de 2009, foi submetida à Corte a resposta ao Ofício-Circular n. 96/GP – subscrito pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes –, informando não haver, no âmbito do Tribunal, servidor em situação irregular, configuradora de nepotismo, nos termos da Súmula n. 13 do Supremo Tribunal Federal, da Resolução n. 7, de 18.10.2005, e dos Enunciados Administrativos n. 1, de 28.11.2006, e n. 7, de 21.6.2007, do Conselho Nacional de Justiça.

Em 15 de junho de 2009, o Tribunal, à unanimidade, aprovou a manutenção permanente do Programa Mesário Voluntário, consoante proposição da Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Em 22 de junho de 2009, a Corte foi cientificada do teor do Ofício-Circular n. 2.550 do Tribunal Superior Eleitoral, de 8 de junho de 2009, sobre a inclusão da disciplina Direito Eleitoral nos programas de concursos para a magistratura estadual.

Em 9 de setembro de 2009, fez-se distribuir à Corte cópia do Ofício-Circular n. 35/2009-CGE, do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, de 8 de setembro de 2009, encaminhando cópia do Provimento n. 9/2009-CGE, que torna pública a relação oficial dos municípios a serem submetidos, na primeira etapa, à revisão do eleitorado com identificação biométrica.

Em 21 de setembro de 2009, o Tribunal tomou conhecimento da Comunicação Interna DG n. 21, datada de 9 de setembro de 2009, subscrita pelo Diretor-Geral, que trata das diretrizes para a organização das Eleições 2010.

Em 9 dezembro de 2009, o Tribunal, à unanimidade, aprovou a proposta de Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, encaminhada pela Direção-Geral.

1.12 COLÉGIOS DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

A Presidência se fez presente ao:

- XLVI Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais, realizado no período de 26 a 30 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro.
- I Encontro Simultâneo dos Colégios de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais, que ocorreu de 15 a 17 de outubro em Curitiba/PR.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DA CORREGEDORIA

EXERCÍCIO 2009

1. INTRODUÇÃO

No exercício 2009 atuaram neste Órgão o Desembargador Cláudio Barreto Dutra e a partir de 25 de março de 2009, o atual Titular Desembargador Newton Trisotto.

O ponto marcante foi a maior integração da Corregedoria Regional Eleitoral com as Zonas Eleitorais para o aperfeiçoamento dos procedimentos cartorários e correccionais.

Nesta exposição serão indicados os principais trabalhos executados e projetos implementados, referindo-se ainda aos previstos para o ano de 2010, as estatísticas processuais, dentre outros aspectos considerados relevantes.

2. ESTUDOS, MANIFESTAÇÕES E PROVIMENTOS

Para subsidiar decisões administrativas e judiciais no âmbito da Corregedoria e da Administração do Tribunal, foram elaborados estudos, minutas e informações em assuntos relativos a postos de atendimentos (11) revisão do eleitorado (22); orientações a respeito das atribuições dos estagiários nas Zonas Eleitorais (1); manifestação no procedimento relativo ao aperfeiçoamento da Resolução TRESC n. 7.544/2007 - Unidades Volantes de Atendimento - (2); informações à Advogacia Geral da União nos autos n. 2009.72.000561-0 (1); orientações a respeito do Provimento CRESC n. 2/2009 (1); manifestação no procedimento administrativo SAO n. 10/2009 –

proposta de alteração da Resolução TREC n. 7.453/2005 (1); manifestação no procedimento administrativo SGP n. 305 – estudo a respeito das atribuições dos estagiários nas Zonas Eleitorais (1); manifestação no procedimento administrativo de proposta de Resolução para implementação da Chancela Eletrônica (2); manifestações em procedimentos para realização de atendimentos por unidades volantes (4); manifestação em procedimento relativo a suspensão de atendimento de Zona Eleitoral (1); despacho em procedimento de verificação de irregularidade de serviços judiciais e cartorários da 93ª Zona Eleitoral (1); manifestação em procedimento de criação da 103ª Zona Eleitoral - Balneário Camboriú (1); decisão de arquivamento no processo de verificação da regularidade dos serviços judiciais e cartorários da 97ª Zona Eleitoral (Itajaí) (1); e decisão de arquivamento de pedido de criação de Zona Eleitoral (1).

Além disso, foram promovidos estudos relativos a aplicação da Resolução CNJ n. 30/2007; simplificação do procedimento previsto na Resolução TREC n. 7.453, que dispõe sobre os procedimentos de transferência de bens quando há alteração na titularidade da Chefia de Cartório; elaboração da minuta de Resolução relativa a Revisão de Eleitoral no Município de Major Gercino mediante coleta de dados biométricos; elaboração da minuta de Resolução para instalação da 103ª Zona Eleitoral (Balneário Camboriú), aprovada na sessão de 14.9.2009; elaboração da minuta de Resolução para implementação do uso de chancela eletrônica nos títulos eleitorais; estudo para implementação de central de protocolo nas Zonas Eleitorais; elaboração de orientações e fluxogramas sobre procedimento de Impugnação/Recurso à Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE), e implementação do Programa Mesário Voluntário em caráter permanente.

Foram editados três provimentos que trataram do fornecimento de relação de eleitores a órgãos públicos e aos partidos políticos; do novo procedimento de encaminhamento das Portarias que os juízes eleitorais expedirem, e da alteração do art. 6º do Provimento CREC n. 3/2008.

3. COORDENADORIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS E CORRECIONAIS

3.1 ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS INSTAURADOS NAS ZONAS ELEITORAIS

A Seção de Procedimentos Judiciários acompanhou mensalmente as ações instauradas na Justiça Eleitoral de 1º Grau, encaminhando 255 (duzentos e cinquenta e cinco) orientações para adequação do trâmite.

3.2 SISTEMA DE REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E BENEFÍCIOS DA LEI N. 9.099/1995

Em 2009, foram registradas 342 ocorrências da Lei n. 9.099/1995 e efetuadas 1.157 consultas ao sistema.

Foram encaminhados, ainda, 147 e-mails para adequação dos registros de referida base de dados.

3.3 METAS NACIONAIS DE NIVELAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Como consta entre as metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça "tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizada e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça", foi expedido o ofício-circular n. 15 pelo Corregedor Regional Eleitoral, solicitando que os juízes eleitorais adotem as providências necessárias à correta alimentação dos dados constantes de referido sistema.

A partir da remessa de referido ofício, esta Corregedoria passou a oficial os cartórios eleitorais quanto à atualização dos dados no SADP, sempre que o processo permanece sem tramitação por mais de 30 dias. Foi encaminhado um total de 161 ofícios solicitando providências quanto a paralisação de feitos eleitorais.

3.4 CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS (PROVIMENTO N. 11 E 13 -CGE)

Em janeiro deste ano o suporte de informática deste Tribunal providenciou a instalação em máquina de todas as Zonas Eleitorais de certificado digital, a fim de possibilitar a remessa a esta Corregedoria de informações criptografadas acerca de interceptações de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática, atendendo ao disposto no Provimento n. 11 e 13/2008-CGE. Esta Corregedoria, por sua vez, encaminha até o dia 5 de cada mês à Corregedoria Geral Eleitoral as informações recebidas dos cartórios eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral acerca do tema.

3.5 DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO NAS ZONAS ELEITORAIS

O Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina foi instituído por meio da Resolução TREC n. 7552/2007, sendo tal ferramenta utilizada pelos cartórios eleitorais desde janeiro de 2008, ficando esta Corregedoria responsável pelas orientações relativas às publicações a serem efetivadas em referido meio. Houve no corrente ano um total de 65 orientações acerca do tema. Número este bastante reduzido comparado ao ano de sua implementação.

3.6 ORIENTAÇÕES DE PRÁTICA CARTORÁRIA

As orientações acerca de processos e procedimentos em trâmite nas Zonas Eleitorais foram realizadas tanto por e-mail quanto por telefone. Registrou-se um total de 332 orientações por e-mail e 1.156 orientações por telefone.

3.7 FLUXO PROCESSUAL DAS REVISÕES DE ELEITORADO

Como foi aprovada resolução neste Tribunal determinando a realização de revisão de eleitorado no município de Major Gercino, o que acabou sendo posteriormente suspenso, a Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais elaborou fluxograma com o trâmite processual de referida ação, visando auxiliar o trabalho das Zonas Eleitorais envolvidas em referido processo.

3.8 PLANILHA PARA CÁLCULO DAS MULTAS ELEITORAIS PARCELADAS

Com o fim de auxiliar os cartórios no cálculo do parcelamento das multas eleitorais, quando aplicado pelo respectivo juízo o disposto nas Leis n. 12.034/2009 e 10.522/2002, esta Corregedoria, solicitou à Secretaria de Tecnologia da Informação a elaboração de planilha própria, repassando as orientações necessárias à viabilização de referido cálculo. Tal planilha encontra-se hoje disponibilizada na *intranet* do Tribunal para uso das Zonas Eleitorais.

3.9 REVISÃO DO MANUAL DE PRÁTICA CARTORÁRIA

Em maio de 2009 foi publicada nova versão do Manual de Prática Cartorária, com atualização dos tópicos relativos ao trâmite de processual, bem como à organização cartorária.

3.10 SISTEMA DE APOIO À PESQUISA DE CASSAÇÃO DE CANDIDATURAS

No mês de fevereiro e outubro do corrente ano, em atendimento à determinação da CGE, constante dos autos do Procedimento Administrativo 19.558/2009-TSE, esta Coordenadoria promoveu a orientação das Zonas Eleitorais para preenchimento das questões constantes do Sistema de Apoio à Pesquisa de Cassação de Candidaturas referentes às eleições municipais de 2000, 2004 e 2008.

3.11 INSPEÇÕES E CORREIÇÕES

Por se tratar de ano não eleitoral, esta Corregedoria procurou intensificar as atividades de correção *in loco*, naquelas Zonas Eleitorais que não haviam sido inspecionadas após a posse dos novos servidores, ocorrida em agosto de 2005 e março de 2006.

Assim, realizou-se no primeiro semestre de 2009 correção *in loco* em 30 (trinta) Zonas Eleitorais.

Foi também realizada correção extraordinária em 5 (cinco) Zonas Eleitorais.

Foram visitadas no segundo semestre deste ano 7 (sete) Zonas Eleitorais, por meio de inspeção correccional, a fim de averiguar as atividades relacionadas à prática cartorária. Esclarece-se que a adoção do procedimento de inspeção ao invés da correção *in loco* deve-se ao fato do juiz eleitoral de referidas ZEs já ter realizado a correção ordinária relativa ao presente exercício.

Registra-se que a Seção de Inspeção e Correção promoveu também a análise dos relatórios das correções ordinárias realizadas pelos juízes eleitorais relativamente ao ano de 2008, as quais foram concentradas ao final daquele ano, em razão das eleições municipais, bem como foi possível adiantar a análise das correções relativas ao corrente exercício.

Esclarece-se, por fim, que os trabalhos de correição e inspeção foram todos realizados com o auxílio do Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais – SICEL, tendo a Seção de Inspeção e Correição promovido as orientações necessárias ao seu uso, bem como realizado a análise dos respectivos quesitos.

3.12 PROJETOS COM IMPLEMENTAÇÃO PREVISTA PARA 2010

- Implantação do novo Sistema de Benefícios da 9.099/95 nas Zonas Eleitorais.
- Preparação de material para treinamento à distância das Zonas Eleitorais, relativo à prática cartorária.
- Implantação de ferramenta que possibilite o fluxo da análise das correições e inspeções entre as seções da Corregedoria e as Zonas Eleitorais.

3.13 ATIVIDADE PROCESSUAL

Relativamente à atividade processual, que se restringe aos processos judiciais e administrativos de competência deste Órgão, registrou-se os dados que seguem:

ESPÉCIE	AUTUADOS	JULGADOS
1. Comunicação de Irregularidade	5	3
2. Correição	31	16
3. Duplicidade	38	30
4. Inquérito Administrativo	1	1
5. Inspeção Correicional	7	0
6. Retificação de Complemento ASE	76	72
7. Revisão de Eleitorado	5	1
8. Outros	4	1
TOTAIS	167	124

Atualmente tramitam nesta Corregedoria 43 processos e procedimentos.

4. COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL

4.1 ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO DE ELEITORES

No âmbito da Seção de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais foram transmitidas instruções e acompanhados os procedimentos relativos ao Cadastro Eleitoral e Sistema de Filiação Partidária, expedindo-se trinta e duas mensagens-circulares com orientações e 2.200 (duas mil e duzentos) e-mails com orientações às consultas formuladas pelos servidores dos cartórios. Aproximadamente 1.600 (hum mil seicentos) *e-mails* foram remetidos em resposta às dúvidas postadas pelo público externo no serviço *webmaster* da página deste Tribunal.

No que concerne aos projetos relacionados ao Cadastro Eleitoral, registra-se a continuidade das medidas para a implantação do Programa de Qualidade das Bases de Dados – Cadastro Eleitoral, Sistema de Filiação Partidária e Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos –, com o escopo de implementar mecanismos sistemáticos e periódicos de controle e aperfeiçoamento das operações de inserção, alteração e retificação de dados, visando à correção, à integralidade e à atualidade dos dados de eleitores e filiados.

Constatou-se a necessidade de aperfeiçoamento da sistemática de encaminhamento eletrônico de documentos e automação de ritos, fluxos e procedimentos no âmbito da Corregedoria e dos cartórios eleitorais.

Nesse sentido, a Corregedoria, a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Judiciária do TRESC uniram esforços com o objetivo de implantar o sistema INTEGRA, que viabilizará a adoção de medidas de racionalização dos fluxos de trabalhos nos cartórios eleitorais e possibilitará a fiscalização do cumprimento da legislação eleitoral pertinente.

Outra iniciativa adotada pela Coordenadoria diz respeito aos estudos sobre o efeito da revisão do eleitorado na depuração do Cadastro Eleitoral, com a finalidade de propor medidas para o aprimoramento das rotinas adotadas nas revisões e nos procedimentos correicionais que apuram indícios de fraude e irregularidades na prestação do serviço eleitoral.

Destaca-se, ainda, o procedimento de apuração de irregularidade no registro de justificativas eleitorais e ausências ao primeiro turno das eleições 2008, que identificou, aproximadamente, 900 (novecentos) registros com inconsistências. Para a solução dos casos, de acordo com a decisão do Corregedor Regional, foram disponibilizadas instruções aos servidores dos

cartórios eleitorais e as listas dos eleitores envolvidos, para as providências no âmbito dos respectivos Juízos Eleitorais.

Por fim, restaram concluídos no presente ano os procedimentos de justificativa das ausências de presos provisórios recolhidos em estabelecimentos deste Estado, no primeiro e segundo turnos das eleições de 2008, permitindo que constem em situação regular no Cadastro Eleitoral.

4.2 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Para orientação e fiscalização dos procedimentos inerentes à filiação partidária foram elaboradas novas instruções na forma de fluxogramas de trabalho, manuais e modelos de atos cartorários.

As rotinas pertinentes à filiação partidária, em especial às relativas a duplicidades, foram acompanhadas pormenorizadamente, expedindo-se orientações e esclarecimentos aos questionamentos dos servidores dos cartórios eleitorais, representantes partidários e filiados, registrando-se, nesse passo, expressiva quantidade de mensagens de *e-mail* enviadas às zonas eleitorais e a expedição de mensagens-circulares com instruções específicas, além do atendimento por telefone.

As freqüentes dúvidas dos órgãos partidários relacionadas à implantação do novo sistema desenvolvido pelo TSE – Filiaweb –, aliado ao significativo número de problemas técnicos, exigiram constante acompanhamento dos trabalhos de recebimento e tratamento das listas de filiados pelos cartórios.

Em vista do crescente aumento dos procedimentos de dupla filiação partidária – em decorrência da inobservância do disposto no parágrafo único do art. 22 da Lei n. 9.096/1995 –, e a dificuldade relatada pelos juízes eleitorais para a conclusão de tais procedimentos –, foram adotadas medidas de racionalização para dar celeridade e uniformidade ao tratamento das filiações *sub judice*.

No que concerne às listas especiais, foi autorizado o recebimento das relações de filiados deferidas pelos juízes eleitorais, em conformidade com o disposto no Provimento CGE n. 4/2005.

4.3 CONTROLE E ANOTAÇÃO DE ÓBITOS, PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

Foram registradas na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos aproximadamente 5.200 (cinco mil e duzentas) inserções e 577 (quinhentos

e setenta e sete) inativações, representando acréscimo de aproximadamente trinta e cinco por cento em relação ao ano anterior.

O acesso aos bancos de dados de outros órgãos tem auxiliado neste trabalho. Foram mantidas parcerias com a Secretaria Nacional de Segurança Pública para a utilização do INFOSEG e com a Corregedoria Geral de Justiça para acesso dos servidores da Seção ao rol de culpados e, no mesmo sentido, com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina e o Instituto Geral de Perícias – IGP/SSP-SC, também tem auxiliado efetivamente no registro dos restabelecimentos quando solicitada.

Nesse ponto, destaca-se o avanço dos estudos do projeto para comunicação eletrônica de dados entre a Corregedoria Regional Eleitoral e outros Órgãos Públicos, denominado pela Secretaria de Tecnologia da Informação de INTEGRA.

O objeto do mencionado projeto compreende o recebimento em meio eletrônico, a alimentação e o registro no SADP de arquivos com informações da Justiça Estadual, Justiça Federal, Cartórios de Registro Civil, Órgãos Militares e Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o gerenciamento e o tratamento dos dados de eleitores e não eleitores, visando à celeridade, qualidade e segurança das informações inseridas nos bancos de dados da Justiça Eleitoral.

A utilização do Sistema Corporativo BREVE foi aperfeiçoada para facilitar a comunicação eletrônica de suspensões e restabelecimentos de direitos políticos oriundos dos cartórios eleitorais e recebidos no âmbito da Seção para registro na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

Iniciou-se, ainda, estudo para a utilização do Sistema de Falecidos e Condenados desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, para o envio por meio eletrônico dos dados de comunicações de óbitos e de direitos políticos relativos a pessoas inscritas em outras Unidades da Federação.

A partir do advento do Provimento CGE n. 3/2007 a referida Seção passou a atuar e promover as retificações de complemento dos códigos ASE 043, 337, 370 e 540. No presente ano foram retificados 251 (duzentos e cinquenta e um) registros (código ASE 302).

Também relativamente aos complementos de código ASE, houve continuidade do exame da qualidade dos dados digitados no ano de 2006 para posterior encaminhamento à Corregedoria-Geral, a fim de que sejam providenciadas as alterações não contempladas no Provimento CGE n. 3/2007.

No ano em curso foram expedidos ofícios, mensagens-circulares e realizadas consultas à Corregedoria-Geral Eleitoral, com sugestões relacionadas ao funcionamento da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos. Dentre elas, ressaltou-se a proposta de redefinição da competência

para inserção de dados na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, para que as próprias Zonas Eleitorais possam efetuar a nos moldes do procedimento de inserção de ASE no Cadastro Eleitoral.

Houve readequação dos formulários de Suspensão e de Restabelecimentos de Direitos Políticos e Óbitos para utilização pelas zonas eleitorais, visando aprimorar a tramitação de documentos.

Por fim, cabe ressaltar o serviço de digitalização dos documentos físicos arquivados na Unidade, possibilitando o arquivamento eletrônico e o gerenciamento dos registros efetuados na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

4.4 FORNECIMENTO DE DADOS DO CADASTRO ELEITORAL

No atendimento às solicitações de dados pessoais de eleitores registrou-se 1267 (um mil duzentos e sessenta e sete) ofícios para as Varas Judiciais e Órgãos do Ministério Público Federal e Estadual, além de 1032 (um mil e trinta e dois) pedidos atendidos por meio eletrônico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2009 foi marcado pelo empenho dos servidores para o aprimoramento dos serviços prestados pela Corregedoria e pelos cartórios eleitorais visando, especialmente, o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

A preocupação constante foi a elaboração de orientações, fluxos e padronização de ritos, com o intuito de garantir a prestação jurisdicional efetiva e eficiente pelos cartórios eleitorais.

Entretanto, a par de todas as evidências de aprimoramento que já puderam ser observadas, ainda há muito a fazer.

Para o ano 2010, pretende-se implementar projetos que não puderam ser concretizados neste ano, principalmente os que trarão mais qualidade e celeridade ao trabalho, tais como: a) o intercâmbio eletrônico de informações entre a Justiça Eleitoral e a Justiça Estadual na comunicação de dados para suspensão de direitos políticos e óbitos; b) intercâmbio de informações com a Secretaria de Segurança Pública para comunicação de justificativas de presos provisórios e órgãos militares para comunicação de conscrições; c) implantação do novo Sistema de Registro de Benefícios da 9.099/95 nas Zonas Eleitorais;

d) preparação de material para treinamento à distância das Zonas Eleitorais, relativo à prática cartorária, atendimento ao eleitor, cadastro eleitoral e filiação partidária; e e) implantação de ferramenta que possibilite o fluxo da análise das correções e inspeções entre as seções da Corregedoria e as Zonas Eleitorais.

Por fim, é imperioso registrar meu agradecimento à Presidência desta Casa e ao Corpo de Magistrados que compõem esta Corte que demonstraram incondicional apoio às ações desta Corregedoria.

Florianópolis, 4 de dezembro de 2009.